

13.7 — A não apresentação do documento referido na alínea c) do ponto 13.3 ou a falta de indicação da modalidade de relação jurídica de emprego público e sua determinabilidade, implica ainda a não consideração da situação jurídico-funcional do candidato para efeitos de prioridade na fase de recrutamento, referida no ponto 12.5.

13.8 — A não apresentação dos documentos referidos na alínea e) do ponto 13.3 ou a falta de indicação da avaliação de desempenho ou da actividade e respectivo tempo de serviço no documento referido na alínea c) do mesmo ponto, bem como a não apresentação de comprovativos do ponto 13.4., implica a não consideração desses elementos, mesmo que constantes do currículo, para efeitos de Avaliação Curricular.

13.9 — Os trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa estão dispensados da apresentação do documento referido na alínea c) do ponto 13.3, considerando-se comprovada a modalidade de relação jurídica de emprego público e sua determinabilidade, a carreira, categoria, actividade executada e respectivo tempo de serviço e a avaliação do desempenho referente ao último período de avaliação.

13.10 — Os candidatos com um grau de deficiência igual ou superior a 60 % abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, são dispensados da apresentação imediata do documento comprovativo do grau de incapacidade e tipo de deficiência, sem prejuízo de deverem indicar desde logo na candidatura, no ponto 8.1. do formulário tipo, os meios ou condições especiais que necessitam para a realização de algum ou alguns métodos de selecção.

13.11 — As falsas declarações prestadas serão punidas nos termos da lei.

14 — Composição do Júri:

Presidente: Dr. Daniel João da Costa Alves, Chefe da Divisão de Controlo Financeiro, DMCRU/DCEP.

1.º Vogal Efectivo: Dr. Joaquim Manuel Mendonça Dias, Técnico Superior (Sociologia), DMCRU/DGIAT.

2.º Vogal Efectivo: Dra. Hively Ângela Contrera, técnica superior (Psicologia), DMCRU/DGIAT.

1.º Vogal Suplente: Dra. Sandra Maria dos Santos Quaresma de Freitas, técnica superior (Gestão de Recursos Humanos), DMCRU/DGIAT.

2.º Vogal Suplente: Dra. Maria Teresa da Costa Reis, técnica superior (Serviço Social), DMCRU/DDRUP/UPM.

14.1 — O 1.º Vogal Efectivo substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos.

15 — Quaisquer esclarecimentos relativos ao presente procedimento concursal serão prestados durante o horário de atendimento, no Departamento de Gestão de Recursos Humanos, à Rua Castilho, 213, 1070 — 051 Lisboa, ou pelo telefone n.º 21 371 08 00.

16 — As actas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

Lisboa, em 23 de Julho de 2010. — O Director de Departamento, *João Pedro Contreiras* (competência subdelegada — despacho n.º 2/DMRH/2010, publicado no *Boletim Municipal*, n.º 839, de 18.03.2010).

303617252

MUNICÍPIO DE MATOSINHOS

Edital n.º 879/2010

Guilherme Manuel Lopes Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, torna público, no uso das competências que lhe são atribuídas pelo art.º 68.º, n.º 1 alínea v) do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o artigo 131.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a nova redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, que, na execução do que dispõe o n.º 3 do art.º 48.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 165/99 de 14 de Setembro, se procede à publicitação do projecto de decisão que recai sobre o projecto de loteamento de terreno localizado na Travessa do Padrão c/ Rua D. Marcos da Cruz, na freguesia de Perafita, em nome de Diera — Fábrica de Revestimentos, Colas e Tintas, Ld, cujo o prédio se encontra descrito na Conservatória do Registo Predial de Matosinhos, sob o n.º 4558.

Os restantes proprietários do loteamento devem dirigir por escrito as suas sugestões ao Presidente da Câmara, dentro do prazo de 30 dias após a divulgação do presente edital e fazer referência ao número do processo, sob pena de não virem a ser consideradas. Processo n.º 28/78 LLAXX

Matosinhos, 11 de Maio de 2010. — O Presidente da Câmara, *Dr. Guilherme Pinto*.

303571414

MUNICÍPIO DE MONTALEGRE

Aviso (extracto) n.º 16980/2010

Torna-se público que, por meu despacho datado de 11 de Agosto de 2010, exonerei, das funções de Secretário do Gabinete de Apoio Pessoal, com efeitos a partir de 31 de Agosto de 2010, ao abrigo do disposto no n.º 3, artigo 74.º, da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e rectificada pela declaração n.º 9/2002, de 5 de Março, o Sr. José Manuel Magalhães Lima.

Montalegre e Paços do Município, 12 de Agosto de 2010. — O Presidente da Câmara, *Fernando José Gomes Rodrigues*.

303599433

Aviso (extracto) n.º 16981/2010

Anulação de procedimento concursal

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 38.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que por meu despacho proferido em 21/07/2010, e de acordo com os fundamentos nele constante, determinei a anulação do procedimento concursal, publicado no Aviso n.º 11916/2010, do *Diário da República* 2.ª série, n.º 114, de 15 de Junho de 2010 (Procedimento concursal comum para ocupação de diversos postos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado):

Referência 3 — Um posto de trabalho para a categoria de Assistente Técnico.

Montalegre, 12 de Agosto de 2010. — O Presidente da Câmara, *Fernando José Gomes Rodrigues*.

303598712

MUNICÍPIO DA MURTOSA

Aviso (extracto) n.º 16982/2010

Em cumprimento do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, cessou a relação jurídica de emprego público, por motivo de aposentação, dos seguintes trabalhadores: Manuel João dos Santos Costeira, assistente operacional, posição remuneratória entre a 5.ª e 6.ª, nível remuneratório entre o 5 e 6, desligado do serviço a 1 de Agosto de 2010; Maria do Rosário Tavares dos Santos, assistente operacional, posição remuneratória 2.ª, nível remuneratório 2, desligada do serviço a 1 de Agosto de 2010;

Paços do Concelho da Murtosa, 11 de Agosto de 2010. — O Presidente da Câmara, *António Maria dos Santos Sousa*.

303593577

MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Aviso n.º 16983/2010

Abertura de discussão pública

Susana de Carvalho Amador, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, torna público nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, que terá início no 8.º dia útil após a publicação deste Aviso no *Diário da República*, o período de discussão pública sobre a proposta de alteração ao alvará de loteamento n.º 7/92 do Bairro Moinho do Baeta — Caneças, pelo prazo de 15 dias. Todos os interessados poderão, durante o período de discussão pública, consultar e ou apresentar por escrito, quaisquer reclamações à proposta de alteração ao referido alvará. O processo estará disponível para consulta no Departamento de Gestão Urbanística, sito na Av. Amália Rodrigues n.º 20 — Urbanização da Ribeirada 2675 Odivelas.

Paços do Município, 09 de Julho de 2010. — A Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, *Susana de Carvalho Amador*.

303585314

Aviso n.º 16984/2010

Lista Unitária de Ordenação Final relativo ao Procedimento Concursal Comum, para ocupação de doze postos de trabalho, na categoria de Assistente Operacional

Para os devidos efeitos, e de acordo com o disposto no n.º 6, do artigo 36.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público a